



CONTRATO Nº 42/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO № 11/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA E A EMPRESA L K EMPREENDIMENTOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro a empresa L K EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Ângelo Carniel, 545 – Centro, na cidade de Verê (85.585-000), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 47.420.408/0001-86, neste ato representada pelo Sr. Kleber Damasio, portador do CPF nº 046.947.989-28 e RG nº 8.688.795-9. denominada seguir CONTRATADA, (CONTATOS: contato46999363794@gmail.com / (46) 99936-3794), estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subsequentes alterações, e legislação complementar vigente e pertinente a matéria, ajustam o presente Contrato em decorrência da Dispensa de Licitação nº 11/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

<u>Parágrafo primeiro:</u> O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para construção de muro de arrimo na Casa Lar Irmã Rosa.

LOTE	ITEM	QTD	UN	COD. PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
1	1	29,75	MURO DE ARRIMO DE ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (1:4 - CIMENTO: PÓ DE PEDRA), COM		20.527,50	

<u>Parágrafo segundo:</u> Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no processo de Dispensa de Licitação nº 11/2023, termo de referência, projeto executivo, planilha orçamentária, cronograma e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

<u>Parágrafo primeiro:</u> Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 20.527,50 (vinte mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), conforme constante na proposta (orçamento).

<u>Parágrafo segundo:</u> No preço já estão incluídos todos os custos e despesas com pessoal, direitos trabalhistas, encargos sociais, fretes, seguros, transporte, embalagens, licenças, impostos e taxas que incidam ou venham a incidir, relacionados aos serviços e todas as despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto.





CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

<u>Parágrafo primeiro:</u> O prazo de execução e entrega é de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Execução de Serviços.

<u>Parágrafo segundo:</u> O prazo de vigência do contrato será de 6 (seis) meses, **de 30 de março** de 2023 a 29 de setembro de 2023.

<u>Parágrafo terceiro</u>: Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas nos incisos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PRAZOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

<u>Parágrafo primeiro:</u> Os serviços serão realizados na Casa Lar Irmã Rosa, situada à na rua Orestes Galvão nº 73, bairro São Cristóvão, Coronel Vivida – PR.

<u>Parágrafo segundo:</u> Os serviços deverão ser executados mediante solicitação formal do Contratante, através de Nota de Empenho e Ordem de serviços ou Autorização de Compras, emitidos pelo Município de acordo com o descritivo abaixo:

- a) As pedras e os demais produtos utilizados devem ser de boa qualidade, não sendo admitido o uso de material em estado de decomposição ou proveniente de capa de pedreira. As pedras terão forma aproximada de um paralelepípedo com 20cm de dimensão mínima (espessura), tendo as outras dimensões, respectivamente, três vezes e uma vez e meia essa dimensão mínima. Deve haver, no mínimo, 50% de blocos de volume mínimo igual a 0,036m³.
- b) As pedras devem ser colocadas em camadas horizontais, lado a lado, em toda a largura e comprimento do muro, lançando-se em seguida a argamassa sobre a superfície das mesmas, de modo a possibilitar a aderência com a camada subsequente. Os espaços maiores entre as pedras, devem ser preenchidos por pedras menores, a fim de permitir um maior entrosamento, aumentando a segurança da obra. Recomenda-se o umedecimento das pedras antes da colocação da argamassa. Assim, em camadas sucessivas, o muro deve ser executado até atingir a altura e largura previste em projeto.
- c) Deve ser prevista a drenagem, executando-se passagens, uniformemente distribuídas no paramento externo do muro, na proporção de 100cm² de dreno por metro quadrado de paramento.
- d) Quando se interceptar um lençol freático, ou quando a permeabilidade do terreno for elevada, deve-se executar, simultaneamente com a construção do muro, uma camada de material filtrante, com 20cm de espessura, em toda a altura do paramento interno em contato com o terreno.
- e) Para argamassa, será utilizado como base o seguinte traço (1 (uma) parte de cimento para 4 (quatro) partes pó de pedra).
- f) Deverão ser retirados do canteiro de obra todo material remanescente da execução. A conclusão da obra se dará após a total limpeza da obra e retirada de todos os entulhos do local e aceitação da fiscalização.
- g) Os trabalhos deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, os prazos de início e de execução poderão ser prorrogados.





<u>Parágrafo terceiro</u>: O prazo de garantia será de 12 (doze) meses a contar da conclusão dos serviços.

<u>Parágrafo quarto:</u> A contratada deverá registrar o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PR ou outro conselho, de acordo com a competência de cada profissional/conselho.

CLÁUSULA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

<u>Parágrafo primeiro:</u> Qualquer alteração contratual, seja relativa a prazo, quantitativa (acréscimo ou supressão) ou qualitativa, deverá ser devidamente entregue ao Departamento responsável com antecedência, sob pena de indeferimento.

<u>Parágrafo segundo:</u> Poderá ser solicitada a Contratada, a qualquer tempo, demonstração da composição dos custos sob o objeto contratado.

<u>Parágrafo terceiro</u>: A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, firmados através de termo aditivo.

I - A contratada <u>não poderá em hipótese alguma</u>, mesmo que por solicitação do departamento contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

<u>Parágrafo quarto:</u> A Administração reserva ao direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo único: São obrigações da contratada:

- 6.1. Executar o serviço, em estrita conformidade com as especificações contidas neste processo e na proposta de preços apresentada, aos quais se vinculam, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.
- 6.2. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 6.3. A Contratada deverá garantir a qualidade do serviço, sendo de responsabilidade da contratada fornecimento de equipamentos e mão de obra necessários para a execução dos serviços.
- 6.4. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do serviço, objeto desta dispensa de licitação.
- 6.5. Responder por danos que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 6.6. A Contratada deverá observar rigorosamente as normas regulamentadoras, técnicas, de segurança, ambientais, de higiene e medicina do trabalho.





- 6.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante.
- 6.8. Todos os casos atípicos não mencionados neste processo deverão ser apresentados à fiscalização para sua definição e determinação.
- 6.9. Responsabiliza-se pelo transporte, montagem, desmontagem e operação dos equipamentos necessários para a execução dos serviços, devendo ser acompanhado por um técnico especializado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo único: São obrigações do contratante:

- 7.1. Designar pessoa responsável para acompanhar a execução do serviço, dentro das especificações contidas na Nota de Empenho e Ordem de serviços ou Autorização de compras.
- 7.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- 7.3. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste processo, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 7.4. Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, esclarecer dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

CLÁUSULA OITAVA: DA FORMA DE PAGAMENTO

<u>Parágrafo primeiro:</u> O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura atestada pelo Gestor e Fiscal do Contrato.

<u>Parágrafo segundo:</u> A nota fiscal deverá conter discriminação resumida do item fornecido, total para produto, número da dispensa de licitação, número do Contrato, não apresentar rasuras e/ou entrelinhas, deverão ser impressas de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme.

<u>Parágrafo terceiro</u>: A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

<u>Parágrafo quarto:</u> O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

Parágrafo quinto: Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.





CLÁUSULA NONA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

<u>Parágrafo primeiro</u>: Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste contrato correrão por conta de dotação orçamentária abaixo:

UNID Natu	ADE: 03 -	- DEPARTAN espesa: 3.3.9	MENTO DE 90.39 – Oc	AL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL : INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA utros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídic 39.16 - Manutenção e Conservação de Ber			
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
04	10/03	3880	6.074	Programa de Acolhimento Institucional Casa Lar 10.003.08.243.0022.6.074	3366	3492	3.3.90.39.16

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Parágrafo primeiro: O preço estabelecido no presente Contrato não será reajustado.

<u>Parágrafo segundo:</u> Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

I - Não serão liberadas **recomposições decorrentes de inflação**, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo do Município.

<u>Parágrafo quarto:</u> Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUBCONTRATAÇÃO

<u>Parágrafo primeiro:</u> Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

<u>Parágrafo segundo:</u> Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da Contratada, na fase de habilitação.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Autorizada qualquer das hipóteses retro, a contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

<u>Parágrafo primeiro:</u> Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) de Contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo segundo:</u> A administração indica como gestor do Contrato, a Secretária Municipal de Assistência Social, Fatima Vogel da Silva, Decreto Municipal nº 7.479.

<u>Parágrafo terceiro</u>: A Administração indica como Fiscal do Contrato, Katiane Rodrigues de Jesus Manjurma, matricula nº 19.968.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

Parágrafo primeiro: Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e das demais cominações legais.

<u>Parágrafo segundo:</u> As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
- I As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

Parágrafo terceiro: A multa imposta a contratada ou licitante, poderá ser:

- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
- b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.
 - I 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.
 - II 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
- O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

<u>Parágrafo quarto:</u> A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

<u>Parágrafo quinto:</u> Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico





no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

<u>Parágrafo sexto:</u> O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotado no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO, DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS SANÇÕES

<u>Parágrafo primeiro</u>: Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente o contrato, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à contratada as sanções previstas no artigo 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo segundo</u>: O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA ANTICORRUPÇÃO

Parágrafo único: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

<u>Parágrafo primeiro:</u> Nenhum produto/serviço fora das especificações deste Contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

<u>Parágrafo segundo:</u> A CONTRATADA, não poderá, de forma alguma, sub empreitar os serviços objeto deste contrato a outras empresas, devendo o fornecimento do produto e a execução dos mesmos ser realizada por profissionais a ela vinculada.

<u>Parágrafo terceiro:</u> A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.





CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA SUCESSÃO E FORO

Parágrafo único: As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 29 de março de 2023.

ANDERSON MANIQUE Assinado de forma digital por BARRETO:9673110999 ANDERSON MANIQUE BARRETO:96731109991

Dados: 2023.03.29 15:50:38 -03'00'

Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE

......

Documento assinado digitalmente Data: 30/03/2023 08:51:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

> Kleber Damasio L K EMPREENDIMENTOS LTDA **CONTRATADA**

Testemunhas:

15.0 Character (Section)
PEXADOR DE MADARNA EXDOVERNA P SE FRATUCIALO NOTa-

ASPESSOR MONEYAL Committed guide to Even Edition Editio person di Sire lette ini inite linter l'artes fincajo.' Para l'estar de leur.' I biss." Alm di Qualitati geri birg di Cari ting bath Same Share & Line*
opiner & Frances Justilia*
stronger & Stronger Justilia*
stronger & Stronger Stronger

1 Times An Section & Discover*

6 A section in Cline*

Strong March

Strong Ma Some in Case of Sheet, soled latters Police Salvette Descent in Nine Security in Vising" at Miss Specials Lines" Typic der Visings" (artis) im Special or Morni MARKET . Soun & Stocke' in in land

Kulto Martocki

germin Schwer at McGo* is Fesia Radio*

P 16 PROPERTY. A Review deposits on Laborator by

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
CONTRATO nº 42/2023 - Dispensa de L'amação nº 11/2023 - Contratenia: Municipio de
Vivida: Contrateda: L × EMPREENOMENTOS L'ITA, CNPJ nº 47-4/20.406/0001-96.
Contratejão de encripsas para construçõe de muno de entero na Casa Lar Imită Rosa, ci vepenificações a quantidades estabelecitas no Termo de Referirário em nanos ao pro-sional: R2 0.527-50. Prazo de execução 90 días. Prazo de vigência: 6 mesas. Coronel Vivid manço de 2022. Andrasmo Minisque Barrelo, Prefeto.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA – PR:

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITA DE PREGÃO ELETRÓNICO N° 37/2023

TIPO MENOR PREÇO POR LUTE - LICITAÇÃO SAMA ABRA CONCORRENCIA.

Dipala: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REDE PRIVADA. COM
INSTALAÇÃO, SUPCRITE TECNOCIO, ACESSO A NITEMET, finição de cadaviro sea proposate
a parfe cas Diritôrimo do de 13 de abri da 20/3 ais as 61/40/40m do dia 27 de abri de 20/3.

Abriumo es sproposate spós as diritôrimo do dia 27 de abri de 20/3.

Abriumo es sproposate após as diritôrimo do dia 27 de abri de 20/3.

VALCE MANINO TOTAL. PRO 18/82,41 Provincia de preços
as gendormo de da 27 de abril de 20/3. VALCE MANINO TOTAL. PR 13/82,41 Provincia

Orgánica 12 meses. Os procesimentes para sociace so Pregiste Emirence casto del provincia

Nel manino de 20/3. Total de 20/3. VALCE MANINO TOTAL. PR 13/82,41 Provincia

Nel manino de 20/3. Total de 20/3. VALCE MANINO TOTAL. PR 13/82,41 Provincia

Nel manino de 20/3. Total de 20/3. VALCE MANINO TOTAL. PR 13/82,41 Provincia

Nel manino de 20/3. Total de 20/3. VALCE MANINO TOTAL. PR 13/82,41 Provincia

Nel manino de 20/3. Total de 20/3. VALCE MANINO TOTAL. PR 13/82,41 Provincia de 20/3. VALCE MANINO TOTAL. PR 13/82,41 Provincia de 20/3. VALCE MANINO TOTAL PROVINCIA DE 20/3. PROVINCIA DE 20/3. VALCE MANINO TOTAL PROVINCIA DE 20/3. PROVINCIA DE 20/3. VALCE MANINO TOTAL PROVINCIA DE 20/3. PROVINCIA DE 20/3



MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

- PORTAL DO SUDOESTE -

Proga Getülio Vargas, nº. 71, Centro, Glevelândia-Paranii Cs. Postal nº. 81, CEP, 83.530-000 - Fonu/Fax: (046) 1252-80

Nota de Publicação RREO 1º Bimestre 2023 Criança e Adolescente - 1ºBimestre 2023

de Oromentes - RASO inferent ao I^o Banestro de 2013. Rejecto de Giusto de Crisco a siene la P Rimote, esta granifica la raige la potal Transpatica di Missopo no entirece ting (mortal city stands or any holymouth), conferms pursues as Lie Complements (01/0) (AKT* 52 v. 94); Instrught numeritys 69/15-TCE, CP (art. 217); LP ADM/40 (art. 4* paragrafo insco); IN 6609-TCE-Pr Instructio Normative 186/2021.

Gabrinere da Prefeita de Elevelândia- Estado do Parana, 19 de março de 2023.

RAFAELA MARTINS LOSI:04133614976

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 621/2622 UABO: 887808

ITENS EXCLUSIVOS PARA NICROEMPRESA É EMPRESA DE PEQUENO PORTE MENOR PREÇO POR ITEM

D Murricipio de Cievelândia, Estado de Parrent, avisa aos incercusados que fará resistar licitação no dia 12/04/23, às 08.30h, na Balis da Licitações, sito à Praça Gestilio Vargas, 71 - Centro - Cievelândia - PR, na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, seraves de plateforma do dia 12/04/23, às 08.30h, na Sala da Liciações, sito à Praça Destinio Vargas, 71 — Cantro - Claveláriosis.

PR, na modalidado de Preglia, na forma Eletrônias, asteves se plateforma do COMPRAGOVERNAMENTAIS.

"Tourismo de Pregos para futura a eventual Aqualeção de Nároganio fizudo, para fina de atendizanto a Secretarias Minimogos de Agricultura pelo parodo de 12 (doza) mesas", nas quantidaspe e aspecificações manocinadas no Tarmo de Referência (1985) de vida e seus anexos poderão as e delidos attaves as nevero, polos endereços electrónicos nomas commandados poderes de considerados estados de commandados poderes de electrónicos commandados poderes de electrónicos de considerados estados de commandados poderes de electrónicos de considerados estados de commandados de communidados de communidados

Clavelândia, 28 de março de 2023.

RODRIGO A MENDES DA SILVA



PORTAL DO SUDOESTE
Preça Getálilo Vargas, nº. 71, Centro, Cleveldrolla Paranti
». Postal nº. 81, CEP, 83,530,000 - Forest sa: (046) 3252-4000

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/2023 FROCESSO Nº, 035/2023

Despacho da Senhora Prefeita Municipal.

Em face a informação prestada peto Departamento Contábil, atraves do officio sob nº Em face a informação prestada peto Departamiento Contábil, através do officio sob nº, 044/2022 de 24/03/2023, quanto à existência de dotação orçamentária, para fazet frente à objegação decorrente da contranção comernada no oficio nº 55 de 16/03/2023 da Secretaria Mimicipal da Assistência Social em anexo, e livando em conta a legalidade do sto, exteriorizada através do respectivo paracer jurídico nº 088/2923 datado de 28/03/2023, que declarou inexigivel de licitação a contrateção sob análise, com fulcro no Artigo 25, inciso II da Lei nº, 8 66/093, de 21/06/1993, RATIFICO a contratação de empresa demominada CINTA MARA JONER, persoa jurídico de direito privado, insenta no CNPJ/MF sob nº, 19.243.728/0001-72, estabelecida na Rua Sagrado Coração de Jesus, nº, 7/09, Bairro Centro, na Cidade de Campo Erê-SC, por intermédio de processo de inexigibilidade de licitação, visando a Contratação de empresa para realização de 04 (quatro) palestras show em situado ao dis Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes — 18 de maio Paça Roults, pelo volor global de 68.5 6 95/00 (25 si mil, novection a s'inquenta reair). Bonita, pelo valor global de RS 6 950,00 (Seis mil, novecentos e vinquenta reaix) JUSTIFICATIVA: Art. 25. È inetigivei a licitação quando bonver invishilidade de

competição, em especial: II - Para a communição de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profitsionais ou empresas de notiria especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgiçõe;

Clevelândia, 30 de março de 20. RAFAELA MARTINS LOSI

Prefrita Municipal



MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

PORTAL DO SUDDESTE

Praca Gestillo Varges, nº. 71, Centro, Clevelàndia-Parana
Car Pracasi nº. 81, CEP, 85.636.880 : Ponnifex: (646) 1/262.8888

AJUBICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO N. 11/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2023 — PROCESSO Nº, 15/2023 Data de abertura: 15/03/2023 Hurário: 880 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Contratação de empresa para proceder estudo e lando geológico das áreas sociadas as nava perimetra unhasa, com vistas a definitar os trechas com centrejos a urbanização: os trechas sujeitos a constrio especial em Incido de amerça de desastera natarsal, cenforus: mapa auroa, em conformidade com o disposto no incisa II, ert. 42-8 de Estatu Da Cidade (d. el Eschean Nr. 10 NESE): (Lei Federal Nº 10.247/01).

Considerando sa informações concueres do processo lectatório em quigrafe, a Prefeira do Municipio de Cervelândio, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação das musico em nume dos lectarios

GEOBRAS - GEOLOGIA, ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE L'IDA

TTEM	QID	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIX	VALOR UNIT. (RS)	VALOR (RS)
01	1	Constanção de empresa, para procedor tentido a hando goldejico das areas enercidas ao novo primeror visiono, com statos a definitar en trechas com termições a urbanasção e os trechas sojetos e numeros especial em lunção de atenação de dissustra maturais conforma mapa aceto, em resulformánica cam a disposar os peisos II, est. 42, 18 de Emercar Da Cidade (Les Fuderal N° 10.375%).	Serviço	18.910.00	1 9 930,00

Clevelándia. 30 de março de 2023.

KAFAELA MARTINS LOSI PREFEITA MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA PORTAL DO SUDOESTE. Departamento de Licitações

Cx. Postel nº 61, CEP 85,510-000 Forseffex (046) 3252-8000 remail 60

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO ADITIVO AO TERMIO DE COLABORAÇÃO Nº. 001/22, DE 07/06/2022, PROVENIENTE DO PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 013/22, DE 06/06/2022, CONFORME ABAIXO DESCRITO.

PARTES: Municipio de Cirvelàndia e Associação de Proteção e Amparo ao Deficiente Fisico e ao Idoao Carente - AFADEFIC.
OSJETO: Reseguilibrio ecomênteo-financiero do preço ajustado.
VALOR ADICIONAL: RS. 26.326,74 (vinte e seis mil, tresente e vinte e seis

reuls e seferita e quatro centares).
PERIODO DE EXECUÇÃO: De 15/02/2023 a 06/06/2023.
VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO: De 07/06/2022 a 06/06/2023.
PORO: CLEVELANDIA – PR.
DATA DA ABSINATURA: 26/03/2023.

Clevelándia, 30 de março de 2023.

RAPAELA MARTINS LOSI Prefeits Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ PORTARIA Nº 28, DE 36 DE MARÇO DE 2023.

A Presidente de Câmara Municipal de Palo Branco, no uso sea atrocições legais que the conferem o inclue til de set. 14 da Lis Orgánica do Municipa de Palo Branco alo no reminis 6 xXXI de set. 51 da Reusloção x²1, de 8 de jameiro se 3/14.

Art. 1º Allanar a redação do art. 1º de Portana nº 11, de 31 de janeiro de 2023 orar acrescão do incluy IX, com a seguinte redação passando a vig

*Art. 14

U. Eduardo Stachera (Matrícula nº 1295-5/1)."

Art, 2º Esta Portaria entra em vigor ne data de sua publicação, retrosgindo seus efeitos e partir de 1º de março de 2023. Gebinete da Presidência de Câmara Municipal de Pato Branco, aos 30 días do mês de março de 2023.

Thania Maria Caminski Gehlan - Presidente

EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CLEVELANDIA - PR Edital nº 200/2023 CMDCA Abre Insercições para o processo de escelha dos membros do Conselho Tutelar de Clevelándis - PR.

AUDICIDIO

Abre Inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselha Tutalar de Clevelándia - PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Clevelándia - PR. no uso de sausa stribulghes legalis, considerando o disposto no art. 132 e 139 de Lei Federal n. 8.069/1900 (Estatuto de Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 23/10/22 e na Lai Municipal nº 2.65/2019, abre as inscrições para is escolha dos membros do Conselho Tutelas para stucrem no Conselho Tutelas de Municipio de Clavelándia - PR, e de outras providências.

1 DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1 Ficam abentas 5 (cinco) vagas para a função judicia de membro do Conselho Tutelas do Municipio de Clavelándia - PR, para cumprómento de mandato de 4 (pustro) anos, no periodo de 10 (dez) de janeiro de 2024 a 9 (nove) de janeiro de 2028, em conformidade com o art. 139 §2º, de Lei Federal n. 2021/930 (Estatuto de Criança e do Adolescente) tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluido acesargona de servidor público am serido estitio, não gerando vínculo empregaticio

1.2 O membro do Convestino Tutelar e obtenitor de mandato eletivo, não incluido na categona de servidor público sim santido estitión, não gerando vinculo empregaticio com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.
12.1 O exercitos efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
1.23 Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que discrepeito à competência para processar ou julgar o feito, e, na sua falta ou omissão o disposto na Lei Faderal nº 8, 112/11990.

lo na Lei Fadèral nº 8.112/1990. 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, am dade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do 1.3 Os 5 (c)

Conselho Tutelar Todos os demaia candidatos nabilitados serão considerados suplentes.

seguindo a ordem decrescente de votação. 1.5 A vaga, o vencimento mensal e a carga horána são aprasentados na tabela a

Carga Horaria | Vencimentos

Membro de Censelho Tutelar 5 R\$ 2.543,51 40 h

1.8 O fiorário de aspediente do membro do Conselho Tutelar é das 8h às 12h dias 13h às 17h, sem prejutzo do stendimento ininterrupto, à população, 1.7 Todos os mamerora do Conselho Tutelar ficam sujeitos a periodos de sobreaviso, inclusive nos fins de semana e lenados, conflorme dispõe a Lui Municipal nº 2.683/2019 ou a que a suceder.

1.8 As aspedicações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais a aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Loi Federal n. 8.089/1990 (Estatuto de Criança e do Adolescente), a Resolução nº 231/2022 de Conanda, a a Lei Municipal nº 2.683/2019 ou a que a suceder.

1.9 De servidores públicos, quando sileitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercicio da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescido das viaritagens incorporades ou pela remuneração que conste de Lei Marincipal nº 2.883/2011. servido-bes assegurados todos os direitos e viartagens de seu cargo efeityo, ampuanto perdurar o mandato, asceto para fina de promoção por mándato, asceto para fina de promoção por mándato, asceto para fina de promoção por mándato.

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

TUTELARES
2.1 O processo de excelha dos mambros do Conselho Tutelar de Clevelándia – PR., ocorretá sem conscriância com o disposito no art. 139, §14, da Lai Faderai n. 8.066/1990 (Estatuto da Chiança e do Adolescente), na Resolução n. 231/2022 do Conande e na Lai Municipat II 2.883/2019
2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas

Inscrição para registro das candidaturas; Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter

II. Capacitisção e aplicação os proves de comercimentos especimosa en seriores eliminatorios;
eliminatorios;
Sulfrágio universal e direto, pelo voto fasultativo, uninominal e secreto dos eleitores do Município de Clevelándia, sujo demicidio eleitoral tenha aldo lixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO:

* * Somante a notariale noncentrar ao carno de membro do Conselho Tutelar os

Somente poderllo concorrer so cargo de membro do Conselho Tutellar de ndidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal 6 069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Mundipal nº 3/2/019 a sel n. 6.069/1990 (Example 2.683/2019, a saber Reconhecida idoneidade moral: Reconhecida idoneidade moral:

Radio superior a 21 (vinte e um) anos: Realidr no Município, há no mlinimo 12 (doza) masses ininterruptos, atá a data

Residir no Município, ha no mínimo 12 (doza) masses sininterruptos, até a date da inscrição.

Estar no pozo de seus difetios politicos:
Conclusão de Estareo Médio.
Participar da capacidação específica de 8 (oto) horas sobre o Estatuto de Citarça e do Adolescente, mod a responsabilidade do CMDCA, senda ministrada pela Faculdade Municípal de Educação e Meio Ambiente- FAMA, sendo obrigasións 1907s, de presença des candidatos quando comocaldos sob pelas de exclusão do processo eleitoral.

Reálizar a priva de conhecimento sabra o direito de criança e do adolescente, combiecando gerata e lifique, portuguesa, de caráleir eliminatório, devendo acertar no mínimo 50% (dinquenta por cento) sus questões, sendo a prova informada Faculdades Municipal do Nelo Ambiente.

e coordenada Comissão Especial Eleitoral sesignada pelo Consilho, Municípal dos Direitos da Crimiça é do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto de Comissão Sepcial Eleitoral se partir de distar interposição de recurso junto da Comissão Especial Eleitoral se partir de distar partir de distar. VIE interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, a partir da dista da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município;

cometimento de faltas disciplinares graves e não ter sido reincidente em faltas leves e médias;

nanas sevins a misuas; Não lar sido suspenso ou destituído do cargo de membro do Corseiho Tutalar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judiciai; Não incidir nas hipóteses do art. 14, lnc. I, da Lei Complementar Faderal n 54/1890 (Lei de Inalegiphilicade);

XIII.

\$41990 (Lei de Inelegibilidade):
Não ser membro, desde o momento da publicação deste Edital, do Cornelho
Municipal dos Direitos da Orlança e du Adolescente;
Não possar os impedimentos previsos no art. 140 e parágrafo único da Lair
Faderan n. 8.5891990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CMDCA, ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo
de Conselheiro. Tutelar deverá requerar o seu afastamento no ato da inscrição. § 2° - O CMDCA poderá requisitar dossit de antecedentes criminais na

g.e. - U CMDCA poderá requisitar dossié de antecedentes criminals na delegacia de política e do judiciário dos candidatos ao conselho tutelar. everão ser apresentados, por ocasião de inscrição, os seguintes documentos: Certidão de Nascimento ou Casamento stualizada; Comprovante de residência no Municipio, há no mínimo um ano; Re de CPF; 3.2 De

RG e CPF.

V. Folio Savi.

V. Certificade de quitação eleitoral;

VI. Certificade de aplicação eleitoral;

VI. Certificado de articecente crimicais de Justiça Eleitoral;

VII. Certificado de articecente crimicais de Justiça Eleitoral;

VIII. Certificado de articecente crimicais de Justiça Eleitoral;

VIII. Certificado de articecente crimicais de Justiça Miliar de Unilia

X. Discheme ou Certificado de articino distribución de Justica Miliar de Unilia

X. Discheme ou Certificado de articino distribución de comarca, não esta sendo processado criminalmenter so montro las contras, não esta sendo processado criminalmenter so montro las contras, não esta sendo processado criminalmenter so montro de contras a sentença criminal condicansidaria transidada em julgamento, bein comor não responder a qualquer esta sendo por como de contras de rima de como de como de contras de como de como

4. DA POSSIBILIDADE DE RECONDUÇÃO
4.10 membro de Consulha Tulelar, sielid no processo de escolha anterior, podará
participar do presente processo.
5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO
5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges,
companheiros, mesmo que em uniño homeafetiva, sogra e genra ou norá,
curinados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em
linha reta, zolatarial cu por afinidades, até o terceiro grau.
5.1.2 Havendo candidates an estituação descrita no Itam acima, todos podem
concorrer ao cargo, porêm aperias o mais votado será emposado, permaneçendo
os demairo na suplência e assumindo à função apenas no caso de afastamento ou
de licença do Iliular que gerou o impedimento.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO CONTRATO Nº 42/2023

CONTRATO nº 42/2023 – Dispensa de Licitação nº 11/2023 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: L K EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 47.420.408/0001-86. Objeto: Contratação de empresa para construção de muro de arrimo na Casa Lar Irmã Rosa, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência em anexo ao processo. Valor total: R\$ 20.527,50. Prazo de execução: 60 dias. Prazo de vigência: 6 meses. Coronel Vivida, 29 de março de 2023.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

> Publicado por: Sandra Pelentil Código Identificador:4D8B93AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES REABERTURA DE PRAZO PE Nº 28/2023

REABERTURA DE PRAZO E ALTERAÇÃO DE EDITAL -PREGÃO ELETRÔNICO № 28/2023

O Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, torna pública a reabertura de prazo para a realização do Pregão Eletrônico nº 28/2023, PO MENOR PREÇO POR ITEM – AMPLA CONCORRÊNCIA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA NOTURNO. Fica alterado o edital e o termo de referência, referente as atribuições do profissional. Fica alterado o prazo para cadastro das propostas para até as 08h00min do dia 27 de abril de 2023. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 27 de abril de 2023. Início da disputa de preços ás 09h00min do dia 27 de abril de 2023. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bll.org.br. O edital alterado está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br e www.bll.org.br.

Coronel Vivida, 30 de março de 2023.

Informações: (46) 3232-8300.

JULIANO RIBEIRO, Presidente da CPL.

> Publicado por: Sandra Pelentil Código Identificador:EF792CCB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 06/2023

O município de Coronel Vivida, torna público para os interessados o CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CMEI'S. PROGRAMA JORNADA AMPLIADA - APRENDIZ DO FUTURO, AABB, EJA E DEMAIS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, nos termos das condições estabelecidas no edital, nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, art. 25, "caput". O prazo para o credenciamento é de 12 meses, a partir de 31 de março de 2023, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min ås 17h00min, sendo o valor total estimado de R\$ 1.556,506,78. O edital está disponivel para retirada na sede do Município de Coronel Vivida, sito a Praça Ângelo Mezzomo, s/n, Coronel Vivida, Paraná ou através do www.coronelvivida.pr.gov.br e informações (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 30 de março de 2023. Juliano Ribeiro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por: Leila Marcolina Código Identificador:F19B08E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 37/2023

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE - LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REDE PRIVADA COM INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, ACESSO À INTERNET. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h00min do dia 03 de abril de 2023 até às 08h00min do dia 27 de abril de 2023. Abertura das propostas após as 08h00min do dia 27 de abril de 2023. Início da disputa de preços às 09h30min do dia 27 de abril de 2023. VALOR MÁXIMO TOTAL: R\$ 135.822,41. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bll.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bll.org.br. Informações: (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 30 de março de 2023.

JULIANO RIBEIRO, Presidente da CPL.

> Publicado por: Leila Marcolina Código Identificador:1184B7E1

nicipio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ADITIVO E RESUMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

Aditivo nº 01 ao Contrato nº 40/2022 – Pregão Eletrônico nº 12/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: MEDWORK.COM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ sob n.º 1.313.550/0001-30. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 meses, de 28 de março de 2023 a 27 de março de 2024. Fica reajustado o valor mensal, conforme contrato, com base no IPCA, acumulado nos últimos 12 meses, referente ao mês de fevereiro de 2023, na ordem de 5,60%, passando o valor mensal a ser de R\$ 10.560,00, totalizando para este aditamento o valor de R\$ 126.720,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 21 de março de 2023. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Aditivo nº 02 ao Contrato nº 121/2022 — Pregão Eletrônico nº 60/2022. Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: CEI — CENTRO EDUCACIONAL INTEGRAÇÃO LTDA, CNPJ nº 24.180904/0001-04. O aumento da meta física e financeira, objeto deste aditamento, está embasado no artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através do oficio nº 077/2023 e Deliberação Superior. Fica aumentada as quantidades para os itens, a partir do dia 03 de abril de 2023. O valor mensal aditivado é de R\$ 9.541,62, totalizando para este aditamento valor de R\$ 53.114,95. Desta forma o valor total atualizado/mensal passa a ser de R\$ 47.708,10. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 27 de março de 2023. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Aditivo nº 01 ao Contrato nº 109/2022 – Pregão Presencial nº 56/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: MANASSES GONÇALVES DE MENEZES, CNPJ sob o nº 22.648.947/0001-46. Considerando o pedido da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, e Deliberação Superior, fica aumentada a meta física e financeira, a partir do dia 03 de abril de 2023, no valor de R\$ 325,00, referente ao item 02. Devido ao acréscimo, o valor mensal do item 02 passa a ser de R\$ 3.600,00, totalizando para este aditamento o valor de R\$ 1.625,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 27 de março de 2023. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Aditivo nº 05 - Contrato nº 141/2019 - Pregão Presencial nº 98/2019. Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde. Contratada: BUCOFACIAL SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ/MF nº 26.220.478/0001-10.